



04 DE AGOSTO DE 2015

Terça-feira

- PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI 3,2% EM JUNHO ANTE JUNHO DO ANO PASSADO
- SCHMERSAL INVESTE R\$ 3 MILHÕES NA AMPLIAÇÃO DA PLANTA DE BOITUVA, EM SP
- COM SUPERÁVIT EM JULHO, BALANÇA COMERCIAL ACUMULA SALDO POSITIVO DE US\$ 4,6 BI NO ANO
- MANOBRAS DA GERDAU IRRITAM ACIONISTAS E PROVOCAM SUSPEITAS
- POTENCIAL NÃO EXPLORADO TRAVA DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO EM MATO GROSSO
- MINERADORAS ENFRENTAM PARADOXO PARA CRESCER
- VENDAS DE VEÍCULOS CAEM MAIS DE 22% E TÊM PIOR JULHO EM OITO ANOS
- CRISE NO SETOR AUTOMOTIVO FAZ DELPHI FECHAR SUA TERCEIRA FÁBRICA NO BRASIL
- MARCOPOLO TEM QUEDA DE 26,1% NO LUCRO DO SEGUNDO TRIMESTRE
- COM SUPERÁVIT EM JULHO, BALANÇA COMERCIAL ACUMULA SALDO POSITIVO DE US\$ 4,6 BI NO ANO
- MERCADO VOLTA A ELEVAR PROJEÇÃO PARA INFLAÇÃO E DIMINUIR A DO PIB
- INDÚSTRIA DO BRASIL CAI PELO 6º MÊS SEGUIDO EM JULHO, MAS RITMO DE RETRAÇÃO DIMINUI, MOSTRA PMI
- FOCUS INDICA QUE COPOM NÃO SUBIRÁ MAIS OS JUROS EM 2015
- ATIVIDADE INDUSTRIAL DO BRASIL CRESCE EM JULHO, SEGUNDO A MARKIT
- ECONOMISTAS REVISAM PROJEÇÕES E ALGUNS JÁ PREVEEM QUEDA DE 3% DA ATIVIDADE NO ANO
- COM ESTOQUES ALTOS, PRODUÇÃO INDUSTRIAL VOLTOU A CAIR EM JUNHO,

DIZEM ANALISTAS

- INDÚSTRIA DÁ SINAL DE FRAQUEZA E CHINA JÁ PREPARA MAIS ESTÍMULO
- PIB FRACO E CÂMBIO ELEVAM PREVISÕES PARA BALANÇA
- GEFCO TERÁ PLATAFORMA LOGÍSTICA EM GUAÍBA, RS
- CHERY CONCEDERÁ FÉRIAS COLETIVAS NA FÁBRICA DE JACAREÍ
- KWANGJIN INVESTIRÁ R\$ 35 MILHÕES EM 1ª FÁBRICA NO BRASIL
- RENAULT QUER CRIAR ECOSISTEMA PARA CARROS ELÉTRICOS
- BMW DIZ QUE CHINA CADA VEZ PIOR PODE COLOCAR PERSPECTIVA EM RISCO
- NOVO AUMENTO DOS JUROS É UMA IRRESPONSABILIDADE, DIZ PRESIDENTE DA FIEP
- ALTO CUSTO AFASTA INDÚSTRIA, DIZ DIRETOR DO CBIE

CÂMBIO		
EM 04/08/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,468	3,469
Euro	3,798	3,799

Fonte: BACEN

Produção industrial cai 3,2% em junho ante junho do ano passado

04/08/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A produção industrial caiu 3,2% em junho em relação a junho de 2014, a 16ª taxa negativa consecutiva nesta comparação, segundo dados da pesquisa Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), divulgada nesta terça-feira (4) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar disso, o recuo foi menos intenso do que os observados em abril (-7,9%) e maio (-8,9%), também na comparação com igual mês do ano passado, notou o IBGE.

O desempenho da indústria caiu 0,3% em junho ante maio, na série com ajuste sazonal. No ano, a produção da indústria acumula queda de 6,3% até junho. Já em 12 meses, o recuo é de 5%. No segundo trimestre do ano a produção industrial caiu 6,7% em relação a igual período de 2014.

Bens de capital

A produção de bens de capital caiu 3,3% em junho ante maio, enquanto na comparação com junho de 2014 o indicador mostrou queda de 17,2%. No acumulado do ano, houve

queda de 20,0% na produção de bens de capital em relação a igual período de 2014. Já no acumulado em 12 meses até junho, o recuo é de 15,4%.

Em relação aos bens de consumo, a pesquisa registrou estabilidade na produção na passagem de maio para junho. Já na comparação com junho do ano passado, houve recuo de 2,4%. No acumulado do ano, a queda é de 8,6%, enquanto a taxa em 12 meses é de -5,6%.

Quase 80% das empresas cortaram ou reduziram os investimentos diante do cenário desfavorável, segundo pesquisa divulgada pela Fiep.

Na categoria de bens de consumo duráveis, o mês de junho exibiu redução de 10,7% na produção ante maio e queda de 2,4% em relação a igual período de 2014. Entre os semiduráveis e os não duráveis, a produção subiu 1,7% em junho ante maio e recuou 2,4% na comparação com junho do ano passado.

No caso dos bens intermediários, o IBGE informou que a produção diminuiu 0,2% em junho ante maio. Em relação a junho de 2014, essa atividade caiu 1,7%. No acumulado do ano, o instituto observou queda de 3,1% na produção, enquanto a taxa em 12 meses também ficou em -3,1%.

Atividades

A produção industrial recuou em 15 das 24 atividades pesquisadas na passagem de maio para junho. As quedas mais significativas, segundo o órgão, foram registradas nos segmentos de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-12,7%) e de máquinas e equipamentos (-7,2%).

A produção de veículos automotores, reboques e carrocerias recuou 2,8% em junho ante maio, o terceiro principal impacto negativo no resultado geral da indústria, que teve queda de 0,3% na passagem do mês.

Os principais impactos negativos vieram de máquinas e equipamentos e de equipamentos de informática, nesta ordem. Também tiveram produção menor em junho as máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-6,3%), a metalurgia (-2,2%) e a indústria de borracha e plástico (-1,9%).

Do lado positivo, tiveram aumento na produção os setores de bebidas (+3,6%), de produtos alimentícios (+3,0%) e de perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza (+1,7%).

O índice de média móvel trimestral da produção industrial registrou queda de 0,4% no trimestre encerrado em junho em relação aos três meses até maio.

Revisão

O IBGE revisou o desempenho da produção industrial em abril ante março. A queda na atividade foi de 1,4%, mais do que o recuo de 1,2% apurado anteriormente. O órgão ainda revisou o desempenho da atividade em fevereiro ante janeiro deste ano, de queda de 1,3% para baixa de 1,4%.

Schmersal investe R\$ 3 milhões na ampliação da planta de Boituva, em SP

04/08/2015 - Fonte: CIMM

Há 70 anos no mercado internacional e consolidada como líder mundial em sistemas de segurança para máquinas e equipamentos industriais, a multinacional alemã Schmersal investe na ampliação de planta fabril de Boituva, no interior paulista. O aumento do

portfólio de produtos e a entrada da empresa em novos mercados foram fatores decisivos para a ampliação da fábrica, que conta agora com uma área adicional de 2.000 m².

O novo espaço acomodará os estoques de componentes e produtos acabados e está dimensionado para suportar o crescimento nos próximos cinco anos. A inauguração da nova planta está prevista para acontecer no dia 27 de agosto.

"Identificamos a necessidade centralizar o estoque, o recebimento e a expedição de produtos neste espaço para otimizar ainda mais os processos. Com isto, a área produtiva será reorganizada permitindo a instalação futura de novas linhas de produtos", explica Rogério Baldauf, diretor-superintendente da Schmersal.

Foram investidos R\$ 3 milhões neste empreendimento, que reforça o compromisso da Schmersal com suas práticas socioambientais. "Os investimentos contemplam o aumento da coleta de água da chuva e sistemas de iluminação de alta eficiência para toda a fábrica", completa Baldauf.

Grupo Schmersal celebra 70 anos

Neste mês, a companhia, que possui sede em 17 países e conta com 1.750 colaboradores em todo o mundo, completa 70 anos de história com um faturamento total de € 210 milhões, em 2014.

Atualmente, o Grupo Schmersal desenvolve e produz cerca de 25.000 tipos diferentes de interruptores e, com essa variedade, tornou-se uma das maiores fornecedoras do mundo.

Na área de segurança de máquinas ela está entre os líderes internacionais de competência e mercado. E tudo isso com uma base financeira sólida. Somente em 2014 foi possível aumentar o faturamento em cerca de 7%.

"Mesmo com tanto sucesso não queremos descansar e continuaremos avançando com o novo realinhamento estratégico definido há alguns anos. Nosso objetivo é expandir ainda mais a nossa posição no mercado como fornecedores de sistemas e soluções", explica Philip Schmersal, sócio-diretor do Grupo Schmersal.

"Queremos oferecer soluções completas a nossos clientes. Entre elas também está a Safety Consulting, uma consultoria especializada para nossos clientes, e a Application Engineering, com foco na implementação de soluções em tecnologia de segurança. Acompanhamos nossos clientes do primeiro contato à colocação em funcionamento", finaliza Philip.

Para este ano, a Schmersal quer fortalecer a organização da Safety Consulting, rede mundial de engenheiros de segurança qualificados que prestará consultoria sobre avaliação de riscos das máquinas, escolha dos dispositivos de proteção adequados, entre outros, aos seus clientes.

"Como fornecedores de sistemas, futuramente lidaremos com clientes representados mais globalmente e continuaremos a expandir nossa marca e presença em mercados internacionais", afirma Philip Schmersal.

"Queremos continuar crescendo como empresa. Por isso, observamos com atenção o desenvolvimento do mercado internacional na área de sistemas de segurança e ampliamos nosso portfólio de produtos e soluções para atender às demandas identificadas", define Rogério Baldauf, diretor-superintendente da Schmersal.

Com superávit em julho, balança comercial acumula saldo positivo de US\$ 4,6 bi no ano

04/08/2015 - Fonte: CIMM

A balança comercial brasileira registrou em julho um superávit de US\$ 2,379 bilhões. No mês passado, as vendas ao exterior somaram US\$ 18,526 bilhões e as compras de outros países totalizaram US\$ 16,147 bilhões.

O resultado é o maior para o mês desde 2012, quando atingiu US\$ 2,863 bilhões. Em julho do ano passado, a balança teve um superávit de US\$ 1,563 bilhão.

Com isso, a balança nos primeiros sete meses de 2015 acumula superávit de US\$ 4,599 bilhões. As exportações somaram US\$ 112,854 bilhões de janeiro a julho e as importações totalizaram US\$ 108,255 bilhões. No ano passado, o período registro déficit de US\$ 952 milhões.

Na quinta semana de julho (27 a 31), a balança comercial teve um superávit de US\$ 518 milhões, com exportações de US\$ 3,875 bilhões e importações de US\$ 3,357 bilhões.

O saldo positivo em julho ficou dentro das expectativas de mercado, que apontavam para um saldo positivo de US\$ 250 milhões a US\$ 2,600 bilhões, de acordo com levantamento do AE Projeções com 16 instituições.

Com base na análise descritiva do intervalo coletado, a mediana calculada atingiu US\$ 2,300 bilhões, próximo do resultado.

Economia fraca

Nos primeiros sete meses do ano, tanto as importações como as exportações tiveram queda, resultado do desempenho mais fraco da economia.

As exportações brasileiras registraram média diária de US\$ 778,3 milhões de janeiro a julho, queda de 15,5% em relação ao mesmo período do ano passado. Já a média diária das importações foi de US\$ 746 milhões, recuo de 19,5% na comparação com os sete primeiros meses de 2014.

As exportações de produtos básicos no ano até julho caíram 21,7%, para US\$ 53,061 bilhões, resultado explicado pela venda menor de minério de ferro (47,4%), carne bovina (24,1%), petróleo em bruto (-21,4%) e soja em grão (-18,4%).

Os embarques de manufaturados caíram 9,4%, para US\$ 41,736 bilhões, com queda principalmente em óleos combustíveis (-60,4%), máquinas para terraplenagem (-24,7%), motores e geradores (-23,9%) e bombas e compressores (-22,2%). As exportações de semimanufaturados também caíram 5,9% nos sete primeiros meses do ano, para US\$ 15,177 bilhões. As maiores quedas foram em óleo de soja (-17,9%), couros e peles (-16,6%), açúcar em bruto (-16,3%) e ferro-ligas (-14,4%).

Houve queda das vendas externas para os principais destinos dos produtos brasileiros, entre eles Europa Oriental (-33%), União Europeia (-19,3%), Ásia (-18,2%, sendo -19,4% para a China) e Mercosul (-16,1%).

No acumulado de janeiro a julho, caíram as compras de combustíveis e lubrificantes (-40,9%), matérias-primas e intermediários (-15,5%), bens de capital (-15,1%) e bens de consumo (-13,5%).

Manobras da Gerdau irritam acionistas e provocam suspeitas

04/08/2015 - Fonte: Exame

A família Gerdau é conhecida pela eficiência na gestão de seus negócios. Cinco gerações transformaram a metalúrgica numa multinacional com operação em 14 países e 43 bilhões de reais de faturamento. Nas crises, a Gerdau inevitavelmente sofre menos do que a concorrência. É o que está acontecendo mais uma vez.

Mesmo em meio a uma das maiores crises da siderurgia brasileira, puxada pela recessão no Brasil e pela desaceleração chinesa, a Gerdau tem bons números. É a única, num grupo que reúne as concorrentes CSN e Usiminas, que conseguiu aumentar as vendas. Também é a mais rentável.

Mas, na bolsa, as ações caíram 40% neste ano, para o menor preço em 12 anos, e acumulam queda de 63% em três anos — no mesmo período, as ações da CSN e da Usiminas caíram 49% e 35%, respectivamente. O problema é que, a despeito do modelo de gestão, a Gerdau vem batendo de frente com seus 130.000 acionistas minoritários e enche o mercado de dúvidas — o que faz suas empresas ser negociadas com desconto.

Antes, os desentendimentos eram esporádicos. Em 2002, a Gerdau emprestou 45 milhões de reais ao haras de Jorge Gerdau Johannpeter, ex-presidente e pai do atual presidente, André (o empréstimo foi pago). Em 2006, a família tentou cobrar royalties milionários dos acionistas pelo uso do nome (a ideia foi abortada). Mas, nos últimos meses, os desencontros entre a família e os minoritários ganharam uma proporção inédita.

O auge foi no dia 14 de julho, quando a Gerdau comprou 4%, em média, de participação acionária em empresas controladas, como a Gerdau Aços Longos e a Açominas, por 2 bilhões de reais.

O principal vendedor foi o banco Itaú. A Gerdau argumentou que a operação já estava nos planos e que viu uma oportunidade de preço e de forma de pagamento. Mas ninguém entendeu por que a família fez isso agora — muito menos por esse preço.

Para a corretora BB Investimentos, a Gerdau pagou um prêmio de 30% — ou seja, gastou quase 600 milhões de reais a mais do que deveria, considerando o valor patrimonial das aquisições e os múltiplos da compra comparados aos da própria Gerdau.

A companhia disse que parte do pagamento será feita com 802 milhões de reais em créditos que tem a receber da Eletrobras — acontece que, como destacou um relatório do banco BTG Pactual, ninguém nunca soube que esse dinheiro existia, pois não estava descrito nos balanços.

Depois da operação, o BTG revisou as projeções para a Gerdau e diminuiu em quase 1 bilhão o lucro líquido projetado para 2015 e 2016. Em dez dias, as ações caíram 20%. A dúvida não foi esclarecida até agora: afinal, o que a família ganhou com a operação em que os outros acionistas só viram prejuízo?

Gestores e analistas passaram duas semanas cruzando dados para entender a operação. A conclusão deles é que os controladores da Gerdau fizeram uma transação cara com o Itaú para pagar uma conta. Em 2010, uma empresa da família tomou emprestado 955 milhões de reais do Itaú com a garantia da holding Metalúrgica Gerdau, dona do controle da Gerdau.

A operação tinha vencimento em 29 de maio de 2015 e era corrigida pelo CDI — o que daria o correspondente a 1,5 bilhão de reais, pagos ao banco pelas participações

acionárias. Três gestores de fundo ouvidos por EXAME estão se organizando para acionar a Comissão de Valores Mobiliários pedindo à autarquia que exija os detalhes das operações e avalie se foi lesiva aos minoritários da Gerdau.

“É coincidência demais para transparência de menos”, diz um dos gestores. Eles reclamam que a família teria usado dinheiro dos minoritários para pagar uma conta que é dela. A Gerdau não deu entrevista.

Retorno menor

Para investidores, bancos e analistas ouvidos por EXAME, a operação, feita desse jeito, é reflexo do mau momento do setor. Segundo o Instituto Aço Brasil, as empresas operam com menos de 70% da capacidade. Nas contas do banco Credit Suisse, só neste ano o lucro da Gerdau deverá cair 10%.

A dívida consolidada da Metalúrgica Gerdau e suas controladas subiu 28% no ano passado, para 21 bilhões de reais. A companhia tem quase 6 bilhões em caixa, mas 2,5 bilhões em dívidas a vencer neste ano — é quase 70% do que vale a participação da holding na Gerdau. Se pagar a dívida com caixa, a alavancagem sobe (hoje está em 3,3 vezes a geração de caixa e, pelo acordo com credores, não poderá chegar a quatro vezes).

O impacto da desaceleração do setor já chegou às contas da família, que tem 22% da empresa controladora. Na Cindac, empresa fechada que concentra as participações dos Gerdau, o lucro caiu 78%, para 27 milhões de reais. O conflito entre a família e os minoritários começou dois meses antes. Em maio, a Gerdau excluiu os minoritários de seu conselho de administração.

Em junho, as gestoras Guepardo e Lacan, acionistas da Gerdau, entraram com processo na Comissão de Valores Mobiliários para contestar uma operação que consideram irregular.

Em dezembro, o BNDESPar exerceu uma opção de venda das ações da Gerdau e quem apareceu como comprador foi o banco BTG — pelo contrato, as ações ficam em posse do BTG, mas os controladores da Gerdau pagam ao banco a variação das ações como se fossem deles.

Acontece que, com esses papéis, a controladora passa a ter mais de um terço do capital da Gerdau e assim seria obrigada a fazer uma oferta pública aos minoritários — o que não foi feito. “Os controladores empurram as contas para os minoritários”, diz o analista de um banco estrangeiro. Qual o tamanho do problema para a família? Para os bancos, só a dívida de curto prazo já deve obrigar a empresa controladora a levantar novos recursos.

Segundo o executivo de um banco de investimento, a saída pode ser uma nova capitalização ou a venda de ações da Gerdau. Se a CVM definir que a empresa tem de fazer uma oferta aos minoritários, pode ter de desembolsar cerca de 750 milhões de reais. Se tivesse de pagar o tal empréstimo ao Itaú, de 1,5 bilhão de reais, além da dívida de 2,5 bilhões que vence neste ano, o caixa cairia para pouco mais de 1 bilhão de reais — o que estouraria os limites de alavancagem acordados com os credores.

Ninguém questiona a capacidade dos controladores de pegar dinheiro emprestado — o problema é o custo. A ação da Gerdau é negociada a 49% do valor patrimonial — com dívida mais alta e resultados fracos, a CSN é negociada a 120%. Gestores como Blackrock e XP reduziram suas ações na Gerdau neste ano. Para especialistas, o mercado de aço no Brasil só deverá começar a se recuperar em 2017. Não é uma boa hora para brigar com o mercado.

Potencial não explorado trava desenvolvimento da mineração em Mato Grosso

04/08/2015 - Fonte: Top News

Para Antônio Pizza, os investimentos no setor ainda são tímidos e o desemprego preocupa. "O que mais compromete a mineração em Mato Grosso é a falta de investimento em pesquisa mineral, que demanda valores elevados e retorno em longo prazo".

Além da logística, o Sindiminério aponta que as "altas taxas" cobradas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) prejudicam o setor. "Em regra geral os governantes desconhecem o setor mineral devido ao processo de exploração que é lento, investimento muito alto e de alto risco. Apenas 2% das áreas pesquisadas podem ser mineradas", explanou.

Realidade dos garimpeiros

O Sindiminério auxilia na criação de cooperativas minerais nas regiões garimpeiras para fomentar um trabalho legal e organizado no Estado. Até o momento, a entidade criou 10 grupos, nos quais foram nomeados delegados sindicais. "Mas, infelizmente, a sociedade ainda confunde garimpeiros com aventureiros que invadem reservas indígenas ou fazendas mineradas. Mas os verdadeiros garimpeiros hoje trabalham de forma legal e tem consciência ambiental. Isso podemos garantir", defendeu.

Em Mato Grosso, há garimpeiros filiados a cooperativas minerais em Alta Floresta, Pontes e Lacerda, Peixoto de Azevedo, Guiratinga, Poxoréu, Juína, Aripuanã e Juruena. "Os empregados das empresas de extração mineral são protegidos pela convenção coletiva de trabalho entre Sindiminério e Sindicato trabalhadores das Indústrias Extrativas do Estado", informou Antônio Toledo Pizza.

Mas em Mato Grosso nem todos os trabalhadores do setor de mineração estão regularizados. O especialista em Economia Mineral João Justino Paes de Barros ressalta que apenas os profissionais filiados a cooperativas ou empresas têm boas condições de trabalho. "Os que estão à margem disso não têm acesso a linhas de crédito e enfrentam más condições, como descer a 30 metros de profundidade pendurados apenas por uma corda sem segurança, com condições de trabalho insalubres".

Investimentos

No noroeste da cidade de Aripuanã segue em andamento um projeto polimetálico de lavra e beneficiamento de zinco, chumbo e cobre, na Serra do Expedito, controlado pelas empresas Votorantim Metais, Milpo e Karmin Exploration.

A estimativa de vida útil mínima é de 15 anos, com capacidade de produção anual de 1,8 milhão de toneladas de minérios.

Por enquanto, o projeto se encontra em fase de licenciamento ambiental e tem previsão de entrar em operação em 2018. A expectativa é de que sejam gerados 2 mil empregos durante a construção e 600 contratações quando houver operação. O investimento estimado é de R\$ 700 milhões. Em 2011, a empresa mineral IMS Engenharia Mineral investiu em torno de R\$ 300 milhões na exploração de ferro em Juína e Juara.

A equipe de reportagem procurou saber se há ações sendo executadas pelo Governo do Estado para incentivar o setor de mineração. Mas, após diversas tentativas feitas nos dias 24 e 27, não foi obtida resposta da assessoria de comunicação.

Mineradoras enfrentam paradoxo para crescer

04/08/2015 - Fonte: Valor Econômico

As mineradoras globais têm de se preparar para uma retomada do ciclo de alta das commodities. Na opinião de Daniel Peixoto, diretor de auditoria do Centro de Energia e Recursos Naturais, da EY (antiga Ernst & Young), as empresas terão um caminho árduo pela frente para convencer acionistas e partes relacionadas de que o momento pode ser de investir para se aproveitar mais da recuperação desse cenário.

O especialista lembra que alguns metais, como o cobre e o zinco, dão sinais de que os preços iniciam uma inversão de tendência. Isso se daria, especialmente, por conta da dinâmica das companhias, que, percebendo a falta de balanço entre oferta e demanda, começaram a segurar a capacidade. Para ele, como o cenário pode significar um novo ciclo, a hora de investir seria agora.

"As empresas que produzem esses metais têm de se planejar sobre o futuro crescimento", afirma, em entrevista ao Valor. "É aí que entram perspectivas de fusões e aquisições ou de construção de seus próprios ativos, com despesas em nova exploração."

Estudo realizado globalmente pela EY mostra que esse seria o principal fator rondando as operações de mineradoras no momento: a necessidade de voltar a crescer. O momento é cada vez mais de disciplina de capital e entrega de retorno a acionistas, mas as companhias vão precisar se expandir quando o ambiente melhorar, pondera Peixoto.

É por isso que a perspectiva do diretor de auditoria é que o mercado de fusões e aquisições pode ficar agitado a partir do ano que vem. A perspectiva vai depender, completa o analista, de os sinais de retomada se materializarem. A recuperação, contudo, será gradual.

A grande dificuldade é enfrentar a austeridade atual da mineração. Na opinião de Peixoto, salvar margens e enxugar operações é a ordem do momento entre os executivos, por conta da cobrança dos acionistas. "Investir para crescer nesse ambiente é um paradoxo, por isso é difícil. O mercado financeiro é avesso ao risco, se depara com essa realidade de preços bastante baixos e é difícil imaginar o crescimento", afirma. "A resposta que os investidores estão acostumados a ouvir é corte de custos. O trabalho de convencimento é árduo, mas já vemos indicações disso."

Conter gastos seria o segundo fator mais importante para o momento, mostra o estudo. A EY lembra que, durante o chamado superciclo das commodities, a produtividade do setor caiu à menor taxa em pelo menos 30 anos. "Conselhos e executivos reconheceram rapidamente que recuperar a produtividade perdida e acessar as melhorias que outros setores alcançaram na última década com isso é essencial para o retorno de longo prazo em capital investido", diz o texto.

No caso do minério de ferro, porém o caminho pode ser mais complicado. Isso porque, na visão de Peixoto, a commodity estaria praticamente "capitaneando" a ponta negativa de expectativas, ao lado da siderurgia, que é a principal demandadora do insumo.

O minério valia US\$ 180 a tonelada há quatro anos, mas os preços recuaram muito. Há dois meses, a cotação caiu a US\$ 45 e agora ronda os US\$ 50. O diretor da EY vê como "particular" o balanço entre oferta e demanda nesse caso, por conta da perda de ritmo da economia chinesa e dos grandes investimentos das maiores companhias - que até agora não sinalizaram que vão colocar o pé no freio em termos de produção.

"Temos de nos preparar para a realidade de cada mineradora, mas no caso do minério de ferro, essa análise tem de ser ainda mais cuidadosa", afirma Peixoto. "O começo do investimento [para retomar o crescimento] tem de estar em linha com o plano estratégico de cada uma e coincidir com o período de maturação dos ativos."

A perspectiva é que a recuperação da commodity demore mais do que para os outros metais. E mesmo nesse caso, Peixoto lembra que analistas e agentes do mercado preveem que a estabilização se dará mais próxima dos US\$ 80 - e não os quase US\$ 200 observados anteriormente.

Vendas de veículos caem mais de 22% e têm pior julho em oito anos

04/08/2015 - Fonte: Valor Econômico

Balanco divulgado hoje pela Fenabrave, a entidade que abriga as concessionárias de veículos, mostra que as vendas do setor caíram 22,8% em julho, comparativamente a igual período do ano passado.

No total, 227,6 mil carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus foram emplacados no mês passado, o que confirma o pior julho em oito anos.

Na comparação com junho, houve alta de 7,1% das vendas, mas esse crescimento se deve ao calendário comercialmente mais longo do mês passado, que teve dois dias úteis a mais — exceção feita a São Paulo, maior mercado do país, onde os volumes foram prejudicados pelo feriado de 9 de julho.

Tirando o efeito do calendário, a média diária de vendas mostra que o mercado continua perdendo ritmo, marcando 9,5 mil carros a cada dia que as concessionárias abriram as portas em julho, no pior giro do ano. Em junho, as vendas diárias, próximas de 9,8 mil, estavam em mais de 200 carros acima disso.

O resultado aumenta de 20,7% para 21% a queda do consumo de veículos no acumulado do ano. As 1,55 milhão de unidades emplacadas entre janeiro e julho também correspondem ao menor número entre períodos equivalentes desde 2007, quando pouco menos de 1,3 milhão de veículos tinham sido licenciados nos sete primeiros meses.

Só no segmento de carros de passeio e utilitários leves, as vendas do mês passado — de 219,4 mil unidades — recuaram 21,6% ante julho de 2014. O tombo na comercialização de caminhões foi ainda mais expressivo: 47,4% na mesma base de comparação, para 6,5 mil veículos.

Crise no setor automotivo faz Delphi fechar sua terceira fábrica no Brasil

04/08/2015 - Fonte: Valor Econômico

A Delphi, multinacional americana da indústria de autopeças, vai fechar a fábrica onde produz sistemas de injeção para motores a diesel no município de Cotia, na Grande São Paulo.

A companhia dá assim continuidade a um processo de enxugamento do parque industrial que, neste ano, já resultou na desativação de duas das nove fábricas que a Delphi tinha no Brasil.

A decisão segue a queda nas encomendas depois que a produção de seus principais clientes, as montadoras, caiu para o patamar mais baixo em nove anos. Como justifica a própria empresa, com o redimensionamento do grupo às "necessidades atuais do

mercado", as linhas de produção no país estão sendo concentradas em um número menor de unidades.

No caso de Cotia, a fabricação de bombas, injetores e filtros feita no local vai migrar até o primeiro trimestre do ano que vem para Piracicaba (SP), onde hoje a sistemista produz componentes empregados em sistemas de propulsão de automóveis.

Nos últimos quatro meses, a Delphi já tinha desativado as fábricas de chicotes elétricos em Itabirito (MG) e Mococa (SP) - essa segunda com menos de dois anos de operação -, transferindo a produção destinada a montadoras como Fiat e Renault para outras unidades em São Paulo e Minas Gerais.

A companhia também está readequando a estrutura na Argentina, onde vendeu uma de suas duas fábricas no país.

Na tentativa de pressionar a empresa a recuar na decisão de encerrar as atividades, operários da Delphi em Cotia entraram ontem em greve. Na última quarta-feira, os aproximadamente 700 funcionários da fábrica foram comunicados do fechamento.

Até então, só havia rumores de que as linhas seriam desativadas e, consultada em maio, a fabricante informou que a possibilidade estava apenas em estudo, segundo o presidente dos metalúrgicos da região, Jorge Nazareno. "Tudo indica que a empresa não estava estudando, mas, sim, já tinha decidido fechar a fábrica. Não houve negociação com o sindicato."

A Delphi se manifestou sobre o assunto em comunicado à imprensa, no qual disse que, ao "consolidar" as operações de Cotia e Piracicaba, tem como objetivo manter a competitividade do negócio. Conforme a Delphi, a transferência das linhas será realizada de forma gradual e os funcionários de Cotia terão a possibilidade de acompanhar a mudança.

O sindicato dos metalúrgicos, contudo, acusa a empresa de ter dado um prazo exíguo, de apenas 30 dias, para os trabalhadores tomarem uma decisão sobre a mudança a Piracicaba, que está a cerca de 170 quilômetros de distância de Cotia. Uma reunião entre o sindicato e representantes da Delphi está prevista para quinta-feira, informa Nazareno.

Na nota, em que diz respeitar o direito de greve dos trabalhadores e reconhecer suas preocupações, a companhia ressalta que seguirá negociando com o sindicato, mas que não vai mais emitir nenhum comentário público sobre a paralisação.

Há duas semanas, em congresso sobre perspectivas dessa indústria em São Paulo, Luiz Corrallo, presidente da filial da Delphi na América do Sul, disse não ver reação do mercado em menos de 12 meses.

Marcopolo tem queda de 26,1% no lucro do segundo trimestre

04/08/2015 - Fonte: GI

O lucro líquido da fabricante de carrocerias de ônibus Marcopolo caiu quase um terço no segundo trimestre sobre o mesmo período do ano passado, impactado pela forte retração do mercado de veículos brasileiro que obrigou a companhia a cortar produção no período no país em 41 por cento.

A companhia, maior do setor no país, teve lucro líquido de 37,1 milhões de reais no segundo trimestre, uma queda de 26,1 por cento sobre o resultado obtido um ano antes. A produção no Brasil somou 2.142 unidades ante 3.641 no segundo trimestre de 2014.

O que ajudou a companhia foram as receitas com exportações e das operações da Marcopolo fora do Brasil. Essa linha cresceu 16,5 por cento no segundo trimestre sobre um ano antes e foi maior do que o faturamento obtido pela empresa no país, a 330 milhões de reais ante 306,3 milhões no Brasil.

O quadro do mercado interno deve continuar negativo nos próximos trimestres, em meio a expectativas de entidades que representam o setor, Fenabrave (distribuidores) e Anfavea (montadoras), de queda nas vendas de ônibus este ano.

Nesta segunda-feira, a Fenabrave informou queda de cerca de 35 por cento nas vendas de ônibus em julho sobre o mesmo mês do ano passado, acumulando recuo nos sete primeiros meses do ano de 26,5 por cento.

Segundo a Marcopolo, a demanda por ônibus urbanos no Brasil segue abaixo do "nível normal. Entretanto, as licitações municipais em algumas cidades do país, como São Paulo e Porto Alegre, a proximidade das eleições municipais de 2016 e os repasses de tarifas devem destravar o setor a partir do ano que vem".

No segmento de ônibus rodoviários, a empresa também espera um destravamento do mercado "nos próximos trimestres", depois que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou regras para a oferta de linhas interestaduais e internacionais que limitam a idade máxima dos veículos que operam essas linhas em 10 anos e a idade média em cinco anos.

Já no mercado de ônibus menores a Marcopolo afirmou no balanço que a sua divisão Volare tende a aumentar o volume de exportações diante do mercado interno restrito por cortes de orçamentos federais e pela conjuntura econômica do Brasil.

A Marcopolo afirmou que espera receber do governo federal ainda no terceiro trimestre 160,7 milhões de reais relativos a vendas de veículos escolares para o programa Caminho da Escola.

A companhia teve geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de 49,1 milhões de reais entre abril e junho, recuo de 18,4 por cento no comparativo anual, segundo balanço divulgado nesta segunda-feira. A fabricante encerrou junho com dívida líquida de 1,225 bilhão de reais e uma relação dívida líquida sobre Ebitda de 1,9 vez.

Com superávit em julho, balança comercial acumula saldo positivo de US\$ 4,6 bi no ano

04/08/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

A balança comercial brasileira registrou em julho um superávit de US\$ 2,379 bilhões. No mês passado, as vendas ao exterior somaram US\$ 18,526 bilhões e as compras de outros países totalizaram US\$ 16,147 bilhões. O resultado é o maior para o mês desde 2012, quando atingiu US\$ 2,863 bilhões. Em julho do ano passado, a balança teve um superávit de US\$ 1,563 bilhão.

Com isso, a balança nos primeiros sete meses de 2015 acumula superávit de US\$ 4,599 bilhões. As exportações somaram US\$ 112,854 bilhões de janeiro a julho e as importações totalizaram US\$ 108,255 bilhões. No ano passado, o período registro déficit de US\$ 952 milhões.

Na quinta semana de julho (27 a 31), a balança comercial teve um superávit de US\$ 518 milhões, com exportações de US\$ 3,875 bilhões e importações de US\$ 3,357 bilhões.

O saldo positivo em julho ficou dentro das expectativas de mercado, que apontavam para um saldo positivo de US\$ 250 milhões a US\$ 2,600 bilhões, de acordo com levantamento do AE Projeções com 16 instituições. Com base na análise descritiva do intervalo coletado, a mediana calculada atingiu US\$ 2,300 bilhões, próximo do resultado.

Economia fraca. Nos primeiros sete meses do ano, tanto as importações como as exportações tiveram queda, resultado do desempenho mais fraco da economia. As exportações brasileiras registraram média diária de US\$ 778,3 milhões de janeiro a julho, queda de 15,5% em relação ao mesmo período do ano passado. Já a média diária das importações foi de US\$ 746 milhões, recuo de 19,5% na comparação com os sete primeiros meses de 2014.

A queda no preço internacional de uma série de produtos foi determinante para as exportações terem resultado 19,5% menor em julho, segundo o diretor de Estatística e Apoio à Exportação da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do MDIC, Herlon Brandão.

Segundo o diretor, no mês, houve redução nos preços exportados em 22%, comparado com julho de 2014, ao mesmo tempo que o período registrou crescimento de 3,2% na quantidade embarcada. "Redução é decorrente exclusivamente da redução dos preços dos produtos exportados", explicou.

Brandão afirmou que não há perspectiva de melhora nos preços internacionais de produtos exportados pelo Brasil em um horizonte curto de tempo.

"Dada a instabilidade internacional, não vemos um desempenho mais robusto no curto prazo dos preços desses bens. É uma realidade que vamos ter que conviver", afirmou.

As exportações de produtos básicos no ano até julho caíram 21,7%, para US\$ 53,061 bilhões, resultado explicado pela venda menor de minério de ferro (47,4%), carne bovina (24,1%), petróleo em bruto (-21,4%) e soja em grão (-18,4%).

Os embarques de manufaturados caíram 9,4%, para US\$ 41,736 bilhões, com queda principalmente em óleos combustíveis (-60,4%), máquinas para terraplenagem (-24,7%), motores e geradores (-23,9%) e bombas e compressores (-22,2%).

As exportações de semimanufaturados também caíram 5,9% nos sete primeiros meses do ano, para US\$ 15,177 bilhões. As maiores quedas foram em óleo de soja (-17,9%), couros e peles (-16,6%), açúcar em bruto (-16,3%) e ferro-ligas (-14,4%).

Houve queda das vendas externas para os principais destinos dos produtos brasileiros, entre eles Europa Oriental (-33%), União Europeia (-19,3%), Ásia (-18,2%, sendo -19,4% para a China) e Mercosul (-16,1%).

No acumulado de janeiro a julho, caíram as compras de combustíveis e lubrificantes (-40,9%), matérias-primas e intermediários (-15,5%), bens de capital (-15,1%) e bens de consumo (-13,5%).

Brandão disse que a previsão do órgão é de a balança comercial encerrar o ano com superávit de entre US\$ 8 bilhões a US\$ 10 bilhões.

Ele ressaltou que, pelo lado das exportações, o impacto da valorização do dólar ainda é pontual e é difícil mensurar o reflexo no agregado da balança. "São muitos fatores que influenciam, temos que ter um horizonte de mais longo prazo para mensurar", completou.

Mercado volta a elevar projeção para inflação e diminuir a do PIB

04/08/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

Pela 16ª rodada consecutiva, a perspectiva para a inflação de 2015 foi revisada para pior. A estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano avançou de 9,23% da semana anterior para 9,25% agora.

Há um mês, essa projeção estava em 9,04%. No Relatório Trimestral de Inflação de junho, o Banco Central havia apresentado estimativa de 9% no cenário de referência e de 9,1% usando os parâmetros de mercado.

A mediana das projeções para o IPCA de 2016, no entanto, ficou estancada nesta segunda-feira, 3, no Relatório de Mercado Focus, divulgado há pouco pelo BC. O ponto central da pesquisa permaneceu em 5,40%. Há um mês, estava em 5,45%.

O fim de 2016 é o foco da autoridade monetária neste momento, já que promete entregar a inflação no centro da meta daqui a pouco mais de um ano. Pelos cálculos da instituição revelados no Relatório Trimestral de Inflação, o IPCA ficará em 4,8% em 2016 no cenário de referência e em 5,1% no de mercado. A luta do BC no momento é tentar convencer o mercado de que chegará ao centro da meta em 2016.

Para a inflação de curto prazo, o IPCA de julho na pesquisa Focus ficou estável em 0,58% de uma semana para outra - ante 0,43% de quatro edições atrás. No caso de agosto, a taxa estimada permaneceu em 0,30% no período.

Recessão. Mais uma vez, o mercado financeiro revisou para baixo suas projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2015. A expectativa de retração de 1,76% no Relatório de Mercado Focus foi substituída por uma queda de 1,80% agora.

A perspectiva de recuperação da atividade no ano que vem também segue debilitada. Ficou em 0,20% nesta segunda-feira, mesmo número da semana anterior. Um mês antes, estava em 0,50%.

O BC, apesar de também ter revisado para pior sua projeção, de queda de 0,6% para retração de 1,1%, segue mais otimista que o mercado. No Relatório Trimestral de Inflação de junho, a instituição informou que a mudança ocorreu em função de piora nas perspectivas para a indústria, cuja expectativa de PIB recuou de -2,3% para -3,0%.

Segundo o BC, essa piora foi influenciada por impactos das reduções projetadas para a indústria de transformação, de -3,4% para -6%, e para a produção e distribuição de eletricidade, água e gás, de -1,4% para -5,6%, refletindo cenário de aumento da participação de termoelétricas na oferta de energia e de redução do consumo de água no primeiro trimestre do ano. Para o setor de serviços, a autoridade monetária, que até março via uma ligeira expansão de 0,1% em 2015, passou a projetar queda de 0,8%.

No boletim Focus desta segunda-feira, a projeção para a produção industrial, no entanto, foi mantida em baixa de 5%. Essa previsão segue estável há três semanas. Já para 2016, a mediana das estimativas segue em alta de 1,30%.

Dólar. Pela segunda semana consecutiva, o Relatório de Mercado Focus trouxe um aumento nas projeções para a taxa de câmbio. O documento, atualizado esta manhã pelo Banco Central, mostra que a mediana das estimativas para o câmbio em 2015 passou de R\$ 3,25 para R\$ 3,35.

Indústria do Brasil cai pelo 6º mês seguido em julho, mas ritmo de retração diminui, mostra PMI

04/08/2015 - Fonte: Reuters

A indústria brasileira continuou mostrando retração em julho, com as empresas cortando vagas e diminuindo as compras, mas o ritmo de contração desacelerou após quedas menos acentuadas no volume de novos pedidos e de produção, mostrou o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) divulgado nesta segunda-feira.

O Markit informou que o PMI da indústria subiu para 47,2 em julho, ante 46,5 em junho, ficando abaixo da marca de 50 que separa crescimento de retração pelo sexto mês seguido.

"A recessão industrial mostrou sinais de moderação durante julho. No entanto, a última leitura do PMI ficou entre as mais baixas desde 2011, refletindo uma economia fraca", disse a economista do Markit e autora do relatório, Pollyanna de Lima.

Apesar de permanecer mostrando contração da indústria, o PMI indicou maior nível em cinco meses em julho, sustentado por movimentos positivos em seus dois maiores componentes: volumes de novos pedidos e de produção.

Os índices de produção e de novos pedidos entraram no sexto mês de contração em julho. No entanto, as taxas de retração foram atenuadas e as mais fracas desde fevereiro. O levantamento mostrou que os fabricantes brasileiros estão cada vez mais cautelosos em relação ao controle de custos, situação agravada pela diminuição prolongada do volume de novos pedidos.

Desta forma, a força de trabalho foi reduzida pelo quinto mês consecutivo, mas com a taxa de contração moderada e quase inalterada em relação a junho. As empresas apontaram iniciativas de redução de custos como a principal razão para a queda no nível de empregos.

"Pressões para cortar emprego claramente permanecem intensas pelo país, conforme as empresas se esforçam diante da queda da demanda. Os níveis de estoque também foram reduzidos, com os fabricantes mantendo postura cautelosa em relação ao controle de custos", disse a economista.

As compras de insumos caíram pelo sexto mês seguido em julho, em meio ao cenário de redução das necessidades de produção. Os estoques de matérias-primas e de produtos pré-fabricados também diminuíram em julho, sendo que, de modo geral, a taxa de retração foi acentuada e a mais rápida em três meses.

Quanto à inflação, os preços subiram pelo décimo mês seguido em julho, mas à taxa mais lenta desde outubro do ano passado e mais fraca do que a média de longo prazo para as séries da pesquisa. Os custos dos insumos subiram pelo nono mês, mas no ritmo mais fraco do ano.

A indústria vem mostrando fraco desempenho e pesando sobre a fraca economia do país este ano, com estimativas apontando para queda de 5 por cento, segundo dados da última pesquisa Focus, do Banco Central. O mesmo levantamento com analistas mostra que o Produto Interno Bruto (PIB) deve fechar o ano com retração de 1,76 por cento.

Na terça-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga os números referentes a junho da produção industrial. Em maio, houve alta surpreendente de 0,6 por cento em relação ao mês anterior, interrompendo três meses de queda e no melhor

resultado em quase um ano, mas ainda insuficiente para mudar o rumo negativo do setor neste ano.

Focus indica que Copom não subirá mais os juros em 2015

04/08/2015 - Fonte: Em.com

Depois de o Banco Central elevar a taxa básica de juros (Selic) de 13,75% para 14,25% ao ano, o mercado manteve inalteradas suas perspectivas para a Selic ao fim de 2015.

Segundo o boletim Focus, publicação divulgada toda segunda-feira pela autoridade monetária, a expectativa é de que a taxa feche o ano em 14,25% - mesma expectativa da semana anterior, de antes da reunião do Copom. Para 2016, a previsão é de 12% há duas semanas.

O mercado espera, agora, a ata da reunião da semana passada, programada para ser divulgada na próxima quinta-feira, 8. Os analistas seguem, por enquanto, com a mensagem do comunicado pós-reunião do Copom, realizada na última quarta-feira, 29 de julho. "O Comitê entende que a manutenção desse patamar da taxa básica de juros, por período suficientemente prolongado, é necessária para a convergência da inflação para a meta no final de 2016", informou a nota da diretoria da instituição.

A pesquisa Focus, no entanto, mostrou uma diminuição das projeções para o encerramento do ano. Há quatro edições do levantamento a estimativa era de 14,50% ao ano no fim de 2015. A Selic média também se manteve inalterada entre uma semana e outra, em 13,63% para 2015 e 13,13% para 2016.

Entre os economistas que mais acertam as projeções para o rumo da taxa básica de juros, o grupo Top 5 no médio prazo, não houve mudanças para este ano: a Selic deve encerrar 2015 em 14,25%. Já para 2016, a mediana das previsões passou de 11,63% ao ano para 11,88%, o que denota uma divisão de opinião entre os componentes desse grupo.

Atividade industrial do Brasil cresce em julho, segundo a Markit

04/08/2015 - Fonte: O Povo

O índice de atividade dos gerentes de compra (PMI, na sigla em inglês) do setor industrial do Brasil subiu para 47,2 pontos em julho, de 46,5 em junho, atingindo o maior nível em cinco meses, segundo dados sazonalmente ajustados da pesquisa da Markit. Leituras abaixo de 50 indicam contração da atividade, enquanto valores acima dessa marca apontam expansão.

Segundo a Markit, os volumes de novos pedidos e produção da indústria brasileira continuaram caindo em julho, embora o ritmo de piora tenha diminuído em relação a junho. O mesmo aconteceu com as compras de insumos e o corte de funcionários.

Já as altas nos custos de insumo e nos preços de vendas arrefeceram. A quantidade de novos pedidos para exportação mostrou sinais de melhora, com o índice aumentando para um valor que ficou bem perto da marca de 50 pontos.

"A recessão no setor industrial do Brasil mostrou sinais de moderação em julho, com os volumes de produção e de novos pedidos caindo com taxas mais tênues. As pressões para os cortes de empregos continuam a ser claramente intensas em todo o País, com as empresas tendo dificuldades devido à queda da demanda", diz em nota a economista da Markit Pollyana de Lima.

Economistas revisam projeções e alguns já preveem queda de 3% da atividade no ano

04/08/2015 - Fonte: Valor Econômico

Embora a mediana dos economistas consultados no boletim Focus do Banco Central tenha piorado um pouco o cenário esperado para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2015 - de queda de 1,76% para 1,8% -, já há, no mercado, quem enxergue uma contração da atividade ainda mais forte, ao redor de 3% neste ano. A expectativa é pior do que a projeção mais pessimista coletada pelo Focus, hoje em 2,94%.

O BNP Paribas revisou ontem pela segunda vez em menos de 20 dias as projeções para o PIB de 2015, de 2,5% para 3%, além de prever também uma piora para o PIB de 2016 (-1%). Esse movimento mais forte de revisões foi iniciado pelo Banco Fibra, que no início da semana passada alterou a projeção para o PIB do ano, de queda de 1,7% para 3,1%, além de prever um recuo de 1% em 2016.

Para o BNP Paribas, o gatilho para a revisão foi a mudança da meta fiscal do governo e o que ela representa em relação a um quadro político complexo, que dificulta ajustes. Para a equipe liderada pelo economista Marcelo Carvalho, a mudança da meta fiscal mostrou que a situação é muito complicada, e indica que o Brasil vai viver um ciclo de recessão mais prolongada de que se esperava.

"Confiança em baixa, estoques altos, efeitos generalizados das investigações sobre corrupção, sem mencionar ventos contrários internacionais, tudo isso conspira para derrubar o PIB", diz a equipe em relatório.

Segundo o Fibra, sem a contribuição positiva de 1,2% do setor externo neste ano - beneficiado por uma mistura de queda nas importações e desvalorização cambial - a contração esperada para a atividade econômica poderia chegar a 4,3%, que é a queda esperada para a chamada absorção doméstica, a medida que engloba o consumo das famílias, investimentos e gastos do governo. Se confirmada, a contração seria a mais forte da série histórica das contas nacionais.

Cristiano Oliveira, economista-chefe do Fibra, vê uma piora da demanda agregada no segundo semestre, com estagnação do crédito bancário, deterioração do mercado de trabalho e salários reais em queda, na comparação anual.

A expectativa é que a taxa média de desemprego deve ficar em 7,5% em 2015, ante taxa média de 4,3% registrada em 2014 - podendo chegar a 9,5% em 2016. Os baixíssimos níveis de confiança do consumidor e dos empresários somados aos estoques elevados na indústria completam um quadro bastante desfavorável ao investimento.

Para José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, é possível que a sensação sobre o ambiente econômico comece a melhorar no fim deste ano, à medida que a percepção de que a trajetória para a inflação é cadente se consolide.

A partir daí, a discussão deve passar a ser quando a taxa Selic começará a ser reduzida pelo BC. Ainda assim, Gonçalves reforça que a economia real vai demorar muito mais para se recuperar. Para ele, o PIB deve cair 2,5% neste ano e ter outra queda de 0,5% em 2016, com a possibilidade de que a queda seja de até 1%.

Na mesma linha, o Credit Suisse revisou há duas semanas a projeção para o PIB, de queda de 1,8% para 2,4% em 2015. Diante de uma herança estatística para 2016 ainda mais negativa, a equipe liderada por Nilson Teixeira cortou também sua projeção de crescimento para 2016, que passou de alta de 0,6% para retração de 0,5% do PIB.

Entre os sinais que reforçam a avaliação, a equipe ressalta o crescimento do PIB agropecuário, que tende a ficar concentrado no primeiro semestre do ano, e o declínio da indústria.

"Dentro os fatores que justificam essa expectativa, destacam-se a desaceleração na produção de petróleo, a maior contração da geração de energia e a manutenção de cenário muito desfavorável para a indústria de transformação".

Embora a probabilidade seja razoavelmente baixa, a equipe do Credit Suisse avalia ainda que a ocorrência de algum fator negativo no que vem, como a perda de grau de investimento pelo país, poderia levar o PIB a encolher até 2,1% em 2016.

Outros dois economistas que já passaram por governos também se mostram mais pessimistas do que a média. Em entrevista ao Valor na semana passada, Luiz Gonzaga Belluzzo, ex-secretário de Política Econômica, prevê queda de 2,5% do PIB em 2015. Em 2016, "com sorte", disse ele, o PIB vai cair mais 2%. "Eu gostaria muito de estar enganado. Mas me diga quais são os elementos que temos para dizer que a economia vai se recuperar de uma queda deste tamanho?".

Após começar o ano com projeção de alta de 0,5% para o PIB em 2015, Francisco Lopes, ex-presidente do BC, reconhece que está agora diante da "pior recessão dos últimos 25 anos", puxada especialmente pelos efeitos espalhados do péssimo desempenho da indústria local. A expectativa é de uma queda de 2,5% para o PIB em 2015.

Mesmo revisando seus dados para baixo, grandes instituições financeiras seguem menos pessimistas e mais próximas da mediana do mercado. Em meados de julho, o Itaú revisou a projeção do PIB para retração de 2,2% em 2015 (ante -1,7%). Já o Bradesco espera queda do PIB de 2,1% em 2015, com recuo de 0,5% em 2016.

Com estoques altos, produção industrial voltou a cair em junho, dizem analistas

04/08/2015 - Fonte: Valor Econômico

Com estoques ainda altos e concessão de férias coletivas nas principais montadoras de veículos, economistas avaliam que a indústria voltou a encolher em junho, após pequeno repique observado em maio.

Para 22 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data, a produção industrial caiu 0,8% em junho, revertendo boa parte do aumento de 0,6% do setor em maio, sempre na comparação com o mês anterior, feitos ajustes sazonais. Em relação a igual mês de 2014, a estimativa é de queda de 5%.

As projeções para a Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física, a ser divulgada hoje pelo IBGE, vão de retração de 1,2% a recuo de 0,3% no dado mensal.

Natalia Cotarelli, economista do Banco ABC Brasil, projeta queda de 0,5% da produção industrial entre maio e junho. "O resultado de maio foi atípico. Não há perspectiva, por enquanto, de reversão da tendência de piora da indústria."

Para ela, os principais indicadores antecedentes do ritmo de atividade nas fábricas apontam para queda do setor em junho. A produção de veículos, por exemplo, caiu 5% na comparação com maio, de acordo com dados da Anfavea (entidade que representa as montadoras) com ajuste sazonal do banco.

Já a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostrou que a indústria paulista também teve desempenho ruim no mês, com queda de 1,3% do indicador de atividade no período.

Por último, diz o fluxo de veículos pesados em rodovias pedagiadas caiu 0,8% na passagem mensal. "O único indicador positivo, com alta de 0,5%, foi a expedição de papel ondulado, mas sozinho não altera a perspectiva de retração da produção."

O Goldman Sachs também cita a deterioração de boa parte dos indicadores acompanhados pelo banco para justificar a estimativa de queda de 0,7% do setor manufatureiro na passagem mensal.

O Itaú estima queda de 0,8% da indústria entre junho e julho. "A oferta permanece com tendência negativa em meio a estoques altos, confiança em baixa e demanda em desaceleração", afirma a equipe econômica do banco em relatório.

Para Natalia do ABC Brasil, ainda é cedo para avaliar que a indústria atingiu o fundo do poço. "Os indicadores de confiança, por exemplo, ainda não sugerem reversão dessa perspectiva de piora do setor industrial". A economista projeta queda de 5,6% da produção do setor em 2015.

Indústria dá sinal de fraqueza e China já prepara mais estímulo

04/08/2015 - Fonte: Valor Econômico

Os líderes chineses estão preparando novos gastos fiscais para assegurar que os sinais de enfraquecimento econômico não inviabilizem a meta de crescimento estipulada para 2015, um risco que foi intensificado por uma deterioração na atividade industrial em julho.

Às vésperas da reunião anual da alta liderança no balneário de Beidaihe, a leste de Pequim, o Politburo do Partido Comunista comprometeu-se, na semana passada, a fazer no segundo semestre, ajustes "preventivos" em suas políticas. O premiê Li Keqiang revelou planos de investimentos nos sistemas de canalização subterrâneos "extremamente antiquados" em megacidades em expansão do país.

Essas obras vão chegar em boa hora para a indústria. Um indicador privado da atividade fabril em julho, divulgado ontem, recuou para o menor nível dos dois últimos anos. Um índice oficial publicado sábado caiu para o patamar mais baixo dos últimos cinco meses, em meio a uma queda das novas encomendas e dos empregos, o que se soma a riscos que incluem uma perda de quase US\$ 4 trilhões nas ações de empresas chinesas e uma retração nas vendas de automóveis que colocam em perigo a meta de Li, de cerca de 7% de crescimento para este ano.

"As políticas fiscais serão cruciais para medidas de estabilização do crescimento no segundo semestre", disse Zhu Qibing, analista macroeconômico na China Minzu Securities, em Pequim. "Recentes sinais do governo e a direção das políticas mostram claramente que uma nova rodada de estímulo fiscal está chegando", disse ele.

Para financiar os gastos, a China ampliou um programa de troca de dívida disponibilizado às autoridades locais que está reduzindo os custos de tomada de empréstimos. Também está expandindo a capacidade de concessão de empréstimos nos denominados "bancos de ação política", ou bancos estatais que implementam objetivos de políticas públicas.

O Banco do Povo da China também pode liberar mais fundos para bancos comerciais, a serem usados nos empréstimos, segundo economistas.

"Esperamos mais gastos focados em infraestrutura, bem como um corte nos depósitos compulsórios exigidos dos bancos", disse Dariusz Kowalczyk, estrategista do Crédit Agricole, antes da divulgação do índice oficial dos gerentes de compras (PMI, em inglês), no sábado, que recuou de 50,2 para 50,0. O PMI da Caixin Media e da Markit Economics divulgado ontem caiu para 47,8, pior do que uma estimativa preliminar.

Os riscos para o crescimento significam que Li e o presidente Xi Jinping tiveram de, por enquanto, suspender uma iniciativa visando conter a alavancagem na segunda maior economia do mundo, que disparou no período em que a equipe anterior, de Hu Jintao e Wen Jiabao, esteve no poder.

Como o setor de construção civil está prejudicado por um excedente de oferta, os gastos com infraestrutura serão fundamentais para impulsionar o crescimento. O premiê Li disse na semana passada que a agilização da construção de um moderno sistema subterrâneo de tubulações nas grandes cidades chinesas será um novo indutor de crescimento, segundo o site do "Diário do Povo". A China também estimulará a construção de aeroportos nas regiões central e ocidental, disse o Conselho de Estado.

"Essa iniciativa destina-se a apoiar o crescimento da atividade", escreveram analistas do Goldman Sachs. "Sem o apoio adicional de políticas governamentais, o crescimento correrá o risco de cair para um nível significativamente abaixo da meta oficial."

Os gastos em áreas de subinvestimento poderão impulsionar o crescimento no curto prazo e ajudar a aliviar a preocupação com a utilidade dos gastos governamentais, disseram os analistas do Goldman. Para financiar esses esforços, as autoridades poderão emitir mais títulos de governos locais, estimular agências a utilizar verbas fiscais ociosas e manter as condições monetárias frouxas, segundo os analistas.

Neste ano, o presidente do Banco Central chinês, Zhou Xiaochuan, já reduziu duas vezes os depósitos compulsórios, com uma iniciativa adicional focada em determinados bancos, e baixou as taxas de juro de referência quatro vezes desde o início de novembro.

As autoridades também estão atuando no sentido de ampliar a concessão de empréstimos. O Conselho de Estado anunciou na semana passada que a China vai incentivar os bancos a fomentar o financiamento ao setor de turismo.

Mais diretamente, as autoridades estão expandindo a capacidade de concessão de empréstimos pelos bancos que instrumentalizam a política econômica no país. O banco central colocou US\$ 48 bilhões no China Development Bank, disseram no mês passado pessoas familiarizadas com o assunto.

O Export-Import Bank of China recebeu US\$ 45 bilhões, e US\$ 16 bilhões do Ministério das Finanças foram para o Banco de Desenvolvimento Agrícola da China, noticiou a revista "Caixin".

PIB fraco e câmbio elevam previsões para balança

04/08/2015 - Fonte: Valor Econômico

A forte retração da demanda doméstica em 2015 pode trazer ao menos uma boa notícia para a economia brasileira neste ano. Para alguns analistas, a combinação entre desaquecimento da atividade e desvalorização da taxa de câmbio pode levar o saldo da balança comercial a superar US\$ 10 bilhões em 2015, depois do déficit de US\$ 3,9 bilhões registrado no ano passado - o primeiro desde 2000.

Boa parte desse ajuste, porém, vem da redução do volume importado, já que as exportações continuam em queda, com forte piora dos desembarques de produtos básicos, conforme evidenciado pelos dados de julho, divulgados ontem pelo Ministério do Desenvolvimento (Mdic).

No mês passado, a balança comercial do país teve o melhor resultado para julho desde 2012, com saldo de US\$ 2,4 bilhões, principalmente por causa da queda de 24,5% das importações, na comparação com igual período de 2014. Já as exportações caíram 19,5%, com retração em todos os segmentos, embora a queda mais forte, de 22,4%, tenha ocorrido nos desembarques de produtos básicos.

Para o diretor de pesquisas econômicas do Bradesco, Octávio de Barros, porém, a expectativa para os preços das commodities é de certa estabilização, especialmente entre os itens agropecuários. O economista afirma que pesquisas internas do banco mostram maior interesse das companhias brasileiras em exportar a produção, até em setores que até então bastante afetados pela competição internacional, como o calçadista.

A partir dessa visão, diz, e diante do brutal ajuste do lado das importações, que caíram 19,5% entre janeiro e julho, na comparação com igual período do ano anterior, a expectativa é que o saldo da balança comercial fique em US\$ 12,7 bilhões neste ano e suba para US\$ 27 bilhões em 2016.

Para Barros, dados mais recentes já apontam nessa direção e é possível que haja surpresa positiva até o fim do ano. Nos últimos três meses, por exemplo, a diferença entre exportações e importações ficou em US\$ 29,5 bilhões, considerando o resultado com ajuste sazonal do banco, em termos anualizados. "Ou seja, o viés para as nossas projeções de balança é de alta", diz.

O Ministério do Desenvolvimento trabalha atualmente com estimativa de superávit comercial entre US\$ 8 bilhões e US\$ 10 bilhões. As projeções de outros analistas também vão nessa direção. O economista-chefe da gestora de recursos Verde, Daniel Leichsering, por exemplo, também revisou de US\$ 2 bilhões para US\$ 12 bilhões a previsão de saldo comercial para este ano.

Em meados de julho, a estimativa da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) passou de superávit de US\$ 3,5 bilhões para resultado positivo de US\$ 10,2 bilhões. A revisão, segundo Daiane Santos, economista da entidade, foi motivada pelo impacto negativo da recessão sobre a atividade, que tem se mostrado mais forte do que previsto no início deste ano. "Os fatores que estavam no nosso cenário não mudaram, foi a intensidade", afirma a economista.

Daiane agora estima que as importações vão cair 19% em 2015, para US\$ 185,6 bilhões. Ajudada pela desvalorização cambial, a recessão promove uma diminuição generalizada das importações, diz ela.

Bruno Lavieri, economista da Tendências, também avalia que, por enquanto, a reação do saldo comercial está muito mais associada à retração das importações do que à perspectiva de retomada das vendas externas. "O resultado em 2015 deve melhorar, mas pelas razões erradas, com forte queda da corrente de comércio".

A consultoria revisou seu cenário e agora estima superávit de US\$ 3 bilhões, ante déficit de US\$ 500 milhões anteriormente. "Não vejo espaço para melhora muito mais significativa, até porque as exportações estão sendo derrubadas pelos preços das commodities". As vendas ao exterior, diz, só devem responder à desvalorização do câmbio a partir do ano que vem.

Já era esperado que o cenário econômico recessivo tivesse mais peso sobre a dinâmica do comércio neste ano, comenta Cristiano Oliveira, economista-chefe do Banco Fibra, que projeta saldo de US\$ 10,5 bilhões até o fim do ano. Uma melhora da balança baseada em reação mais forte das exportações, diz Oliveira, deverá ser vista no ano que vem, quando o saldo comercial esperado pelo banco salta para US\$ 24 bilhões.

Ainda assim, resultados comerciais mais positivos podem ser um primeiro sinal de respiro para a atividade. Em relatório, economistas do Banco Brasil Plural ponderam que embora ainda seja cedo para interpretar o aumento das exportações de alguns produtos como sinal de melhora da economia, "esses dados devem ser avaliados atentamente, já que a recuperação do país em outros momentos de ajuste foi impulsionada pelo setor externo".

Barros, do Bradesco, também destaca que a recuperação das exportações sempre foi elemento importante para catalisar a saída de processos recessivos. "Ainda não dá para dizer que vai estancar a piora de projeções para o crescimento, mas é algo a se monitorar", diz. A principal ajuda, afirma, viria em 2016. "O problema é que o comércio global ainda está fraco".

Herlon Brandão, diretor do Mdic, procurou minimizar a importância da queda das commodities para a balança neste ano. Segundo ele, a redução nos embarques se deve principalmente aos preços de três produtos: a soja, o minério de ferro e o petróleo.

"As quantidades estão crescendo, o lado real da economia está com um desempenho bom. A soja, ferro e o petróleo respondem por 78,8% do valor exportado", prosseguiu ele. Brandão apontou que as exportações tiveram, em julho frente ao mesmo mês de 2014, uma queda de 22% nos preços, mas uma alta de 3,2% nas quantidades.

Para José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), os dados relativos à exportação de petróleo de julho fizeram soar um alarme justamente por causa do volume.

"A exportação de petróleo, em quantidade, estava crescendo fortemente neste ano, mas teve queda em julho. Estávamos exportando uma média de 189 mil barris por dia, e caiu para 122 mil barris por dia, uma queda de 35%. Não temos explicação para isso. Espero que seja uma pontual", avalia.

Para Andrea Damico, que faz parte da equipe de Octávio de Barros no Bradesco, a expectativa é de redução do déficit da conta petróleo, de US\$ 20 bilhões ano passado e deve passar para resultado negativo de US\$ 8 bilhões em 2015. "A exportação também caiu, mas o preço está fazendo mais diferença nas compras do exterior, já que somos importadores líquidos", diz.

Gefco terá plataforma logística em Guaíba, RS

04/08/2015 - Fonte: Automotive Business

A empresa Gefco assina na terça-feira, 4, um contrato com o governo do Rio Grande do Sul para instalação de uma plataforma logística em Guaíba, na região metropolitana de Porto Alegre. O investimento da empresa é estimado em R\$ 33 milhões e deve gerar 120 empregos diretos já no primeiro semestre de 2016.

Quando estiver pronto, o centro logístico vai abrigar 360 funcionários. Atenderá o fluxo de veículos trazidos da Argentina por clientes da Gefco, agregando serviços de industrialização e customização, com potencial de expansão para todas as fabricantes que importem ou exportem para o Mercosul.

Segundo a Gefco, cerca de 330 mil veículos entraram no Brasil pelo Mercosul em 2014. "O projeto nos permitirá fornecer soluções às indústrias locais e ampliar a distribuição dos produtos brasileiros pelo mundo", afirma Patrick Bonaly, diretor-geral da Gefco.

O investimento da empresa integra a carteira da Sala do Investidor, criada pelo governo gaúcho para incrementar os negócios na região e que recebeu o projeto. As negociações envolveram a compra subsidiada do terreno e o diferimento nas importações. A expectativa é que a nova plataforma comece a operar em 2016.

Chery concederá férias coletivas na fábrica de Jacareí

04/08/2015 - Fonte: Automotive Business



A Chery antecipará as férias coletivas dos trabalhadores de sua fábrica localizada em Jacareí (SP), que vai parar por 20 dias, a partir do dia 17 de agosto até 5 de setembro, conforme comunicado divulgado na segunda-feira, 3.

A montadora, que não especifica quantos funcionários ficarão em casa, informa que acompanha as principais empresas do setor e que a medida foi adotada para adequar o volume de produção à demanda do mercado.

"Desta forma, a Chery se mantém atuante no cenário nacional e continua seus planos de expansão no Brasil, sem impactar o atual quadro de colaboradores", informa a nota.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região estima que 300 dos 470 trabalhadores da unidade deverão entrar em férias na Chery.

"A empresa também está passando por um período de adaptação da linha de produção para a chegada do novo QQ", disse Guirá Borba Guimarães, diretor do sindicato na empresa.

A fábrica, que abriu as portas há um ano (leia [aqui](#)), gerou cerca de 500 empregos no ano passado e iniciou a produção comercial em fevereiro de 2015, com a montagem do modelo Celer, nas versões hatch e sedã.

Recentemente, a montadora anunciou que investirá R\$ 100 milhões para produzir seu terceiro modelo na unidade brasileira, o SUV Tiggo.

Kwangjin investirá R\$ 35 milhões em 1ª fábrica no Brasil

04/08/2015 - Fonte: Automotive Business



A Kwangjin, empresa do setor de autopeças e de origem sul-coreana, investirá R\$ 35 milhões para a produção de mecanismos e módulos para janelas de automóveis em Sumaré (SP), que será sua primeira fábrica na América do Sul.

O anúncio foi feito na segunda-feira, 3, pelo diretor executivo da empresa no Brasil, Daniel Kim, durante reunião com a prefeita da cidade realizada na sede municipal, onde assinou um protocolo de cooperação.

Com a geração de 170 empregos diretos e 30 indiretos, a linha de montagem está sendo instalada em um galpão alugado. Pelos planos da companhia, a ideia inicial é produzir para atender demanda de 600 mil veículos por ano até 2017, com uma capacidade total que deve chegar a 1,3 milhão por ano.

A empresa estima que as vendas atinjam US\$ 60 milhões anuais também a partir de 2017 e, até 2020, a companhia pretende fazer um novo investimento, de R\$ 70 milhões, para a construção de uma unidade a fim de ampliar o potencial produtivo no País e atrair novos clientes.

“A Kwangjin vê grande potencial no mercado automobilístico brasileiro e estamos muito otimistas com o futuro da nossa empresa no País. Gostaríamos de agradecer à prefeitura de Sumaré, à Investe São Paulo e aos nossos colaboradores por terem nos recepcionado tão calorosamente e fornecido todo o apoio necessário para nossa primeira fábrica na América do Sul”, afirmou Daniel Kim, diretor executivo da Kwangjin Brasil.

No Brasil, a General Motors, Hyundai e Volkswagen são os principais clientes da fabricante. Foi a pedido da GM que a empresa decidiu vir para o País, para ajudar a aumentar o índice de nacionalização da montadora, que atualmente compra módulos e mecanismos para vidros de porta, além de sistemas de fechadura, fabricados na unidade da Kwangjin no México.

“A prioridade da empresa era ficar próximo a um dos principais polos automotivos do Estado. Em Sumaré, a Kwangjin vai ter acesso a excelentes estradas e funcionários capacitados para a fábrica”, explicou o presidente da Investe SP, Juan Quirós.

Já há contratos de fornecimento a partir da unidade brasileira para a GM e Volkswagen, com expectativa de fornecer também para a Hyundai, que compra produtos da Kwangjin em outros locais, como Europa e China.

“Sumaré dá as boas-vindas à Kwangjin. Temos tido um bom relacionamento com as empresas que já estão instaladas ou estão chegando ao município. Há agora uma política

pública municipal de busca e atração de novos investimentos através deste bom relacionamento. Apesar de todas as dificuldades que o País enfrenta, Sumaré está recebendo muitos investimentos privados, nossas empresas estão ampliando a produção a abrindo novos negócios”, comemorou a prefeita de Sumaré, Cristina Carrara.

Renault quer criar ecossistema para carros elétricos

04/08/2015 - Fonte: Automotive Business



Mesmo diante de uma série de adversidades, a Renault permanece com a bandeira do carro elétrico levantada no Brasil. Eric Feunteun diretor do programa de veículos com a tecnologia na companhia chegou ao País na segunda-feira, 3, para falar com clientes e parceiros e trabalhar na estruturação local do que chama de ecossistema para os modelos zero emissão. Segundo ele, só assim a demanda por esses carros terá espaço para crescer.

O ecossistema descrito pelo executivo inclui aspectos como incentivos aos proprietários de carros elétricos, estrutura de recarga e reciclagem do veículo e da bateria de íons de lítio. Os incentivos não precisam ser financeiros.

Feunteun acredita que autorizar que os elétricos circulem por uma faixa exclusiva, que poupará o tempo do motorista em congestionamentos, ou autorizar que estacionem gratuitamente em certas áreas da cidade são iniciativas capazes de aumentar a atratividade destes carros.

“Ninguém vai comprar um elétrico porque ele é verde. Estes modelos ainda são mais caros. O cliente só muda para o elétrico quando isso facilita a vida dele”, avalia.

Outro aspecto importante na opinião do diretor é a estrutura de recarga. Ele acredita que é preciso investir em postos públicos de abastecimento, mas, ainda assim, a estrutura mais importante é a particular: as tomadas que ficam na casa ou no escritório dos consumidores.

“Cerca de 98% das recargas são feitas nestes ambientes. A pessoa quer colocar energia no carro onde ela está. Raramente alguém se desloca para um lugar apenas para abastecer seu veículo elétrico”, aponta com base nos clientes dos 60 mil modelos com a tecnologia que a Renault já vendeu.

Ele defende que, dessa maneira, a tecnologia surge como solução não problema para a questão energética. O automóvel pode servir como um meio de armazenar a energia gerada.

Caso no fim do dia, no momento de alta demanda, o carro ainda esteja com carga na bateria, o proprietário pode plugar-lo na tomada e vender esta energia para a rede

elétrica. Depois o automóvel pode ser programado para se recarregar de madrugada, quando a demanda e o custo caem.

Em tempos de crise energética no Brasil, Feunteun defende que os modelos com a tecnologia teriam impacto inexpressivo: se 10% da produção brasileira anual fosse de elétricos, o aumento do consumo no período seria de 0,3%.

Segundo ele, para fazer uma recarga completa da bateria, o consumidor gastaria entre R\$ 5 e R\$ 7, valor que permitiria que o veículo circulasse cerca de 100 quilômetros.

POUCAS MUDANÇAS

“Estou convencido de que os elétricos são solução adequada para o Brasil, que tem grandes cidades, enfrenta problemas da qualidade do ar e tem bom mix energético. A questão é quão rápido o ecossistema para estes modelos vai evoluir para que a demanda aumente”, conta. O otimismo dele deixa de fora a estagnação do Brasil em relação aos carros zero emissão.

Estes modelos ainda estão engatinhando no mundo, com vendas que devem chegar a 250 mil unidades em 2015, segundo estimativa da Renault. Ainda assim, há evolução gradativa.

O mercado nacional não acompanha este crescimento. A fabricantes vêm apresentando seus carros elétricos localmente há cerca de quatro anos. Nesse período o programa só rendeu algumas parcerias e vendas B2B, que somam total de pouco mais de 70 unidades.

Por enquanto, não há expectativa de aumento significativo deste volume, já que a empresa não pretende investir na venda a pessoa física. Além da falta de estrutura de abastecimento, a elevada carga tributária brasileira faz com que um Zoe, por exemplo, chegue a custar o triplo do cobrado por um Sandero, modelo de tamanho equivalente

BMW diz que China cada vez pior pode colocar perspectiva em risco

04/08/2015 - Fonte: Automotive Business

A BMW, maior montadora de carros de luxo do mundo, alertou nesta terça-feira que sua perspectiva para 2015 pode correr riscos com qualquer deterioração maior da China, onde suas vendas começaram a cair pela primeira vez em uma década.

A empresa alemã, que já tinha dito em maio que o crescimento na China seria menos dinâmico, afirmou que ainda espera recordes de vendas mundiais e lucro antes de impostos no ano, mas com a ressalva de que desafios na China podem afetar suas metas.

A montadora teve queda de 3 por cento no lucro operacional no segundo trimestre, vendendo uma proporção maior de carros com margens menores e investindo em novos modelos.

As vendas na China, maior mercado automotivo do mundo, caíram em maio e junho, após uma década de alta. A BMW disse que está enfrentando concorrência dura naquele e em outros mercados.

O lucro antes de juros e impostos (Ebit) somou 2,52 bilhões de euros, em linha com a projeção média em pesquisa da Reuters.

Apesar das vendas globais de carros BMW, Mini e Rolls-Royce terem crescido 7,5 por cento no trimestre, os lucros foram prejudicados pelo desempenho mais fraco na China.

Novo aumento dos juros é uma irresponsabilidade, diz presidente da Fiep

04/08/2015 - Fonte: Agência FIEP

Edson Campagnolo critica a decisão do Copom e cobra do governo sinais claros para redução e racionalização dos gastos públicos



Campagnolo: medida dificulta retomada da atividade econômica (Foto: Mauro Frasson)
O presidente do Sistema Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, classificou como uma irresponsabilidade o novo aumento da taxa básica de juros (Selic), definido nesta semana pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. Para Campagnolo, a medida dificulta ainda mais a retomada da atividade econômica do país.

Além disso, gera um forte impacto sobre a dívida pública sem que, ao mesmo tempo, sejam observados grandes esforços do governo para reduzir e racionalizar seus gastos.

"Essa é mais uma medida que vem desestimular as atividades do setor produtivo brasileiro, que além da redução do consumo e da atividade econômica, sofre também com constantes aumentos de tributos e de custos de produção", afirma Campagnolo.

"A preocupação com o controle da inflação é legítima, mas não se pode insistir em tirar sangue de um paciente já debilitado, o que é uma irresponsabilidade. É preciso que o governo também faça a sua parte", completa.

Para o presidente do Sistema Fiep, até agora a sociedade não viu, dentro do ajuste fiscal em andamento, nenhum sinal claro de que o governo está disposto a fazer cortes em sua estrutura, que resultem na redução das despesas públicas. "Pelo contrário, o governo corta investimentos, mas os gastos correntes seguem aumentando. E a conta é sempre jogada nas costas do contribuinte", declara.

Campagnolo alerta ainda que o novo aumento da Selic – de meio ponto percentual, atingindo 14,25% ao ano – traz consequências também para o orçamento público. Estimativa do Departamento Econômico da Fiep mostra que esse novo aumento pode representar um aumento de aproximadamente R\$ 15 bilhões na dívida pública brasileira. "Essa é mais uma prova de que se trata de uma medida equivocada", conclui.

Alto custo afasta indústria, diz diretor do Cbie

04/08/2015 - Fonte: Agência FIEP

O diretor fundador do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, afirmou ontem que o aumento dos custos da energia no Brasil está afastando indústrias instaladas no País. "Estamos vendo indústrias indo para outros países onde a energia é mais barata", disse Pires, durante o 14º Congresso Brasileiro do Agronegócio, que está sendo realizado em São Paulo.

Segundo o especialista, o Brasil está na contramão de boa parte do mundo, que vive uma carência de energia. Aqui, disse ele, há abundância de fontes energia mas, "por conta de erros de governo nos últimos anos", o insumo está bem mais caro e agrava ainda mais a crise econômica por que passa o País.

Proposta para risco hidrológico continua indefinida

Durante debate sobre a produção de alimentos e energia, ele afirmou que ambas as atividades são compatíveis, apesar de a produção de energia, em alguns casos, ter como base a soja e cana-de-açúcar, e que para produzir esses produtos o custo subiu exatamente por causa do preço da energia.

Pires criticou as políticas de governo voltadas ao setor de etanol. Lembrou que no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a proposta era tornar o Brasil o grande produtor de biocombustível do mundo. Contudo, a priorização de investimentos em projetos do pré-sal enfraqueceu os projetos referentes à produção de etanol e biodiesel.

O modelo de geração de energia elétrica adotado pelo País também precisa ser revisto, segundo o diretor do Cbie. Para ele, deve-se parar de pensar que as soluções vêm apenas dos megaprojetos e descentralizar a geração com pequenos e médios projetos. "O setor necessita de um banho de loja. O Brasil é um país enorme e com diversas fontes de energia, eólica, solar. Não estamos conseguindo transformar nossa vantagem comparativa em vantagem competitiva", afirmou.

Estudo - O custo da energia elétrica para a indústria brasileira poderá chegar a R\$ 459,20 por MWh ao final de 2015 e R\$ 493,50 por MWh ao final de 2016. Os dados são do estudo "Quanto custará a energia elétrica para a indústria no Brasil?", divulgado recentemente pelo Sistema Firjan.

Além dos fatores que compõem o custo, o cálculo inclui os valores aportados às distribuidoras, que totalizaram R\$ 51,5 bilhões, dos quais R\$ 29,5 bilhões serão repassados aos consumidores finais a partir de 2015; e o valor da bandeira vermelha de R\$ 40,98 por MWh, incluindo os tributos.

A Firjan considera quatro premissas para o custo médio da energia: nível dos reservatórios com recuperação apenas em 2017, quando voltará a um nível médio histórico; acionamento térmico em 2015 e 2016 seguirá o perfil de 2014; inserção das fontes mais baratas na matriz conforme definido pelo Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE/EPE; bandeira tarifária vermelha durante o ano de 2015 e 2016 devido ao alto despacho térmico.

Para garantir a competitividade da indústria nacional, a entidade sugere no estudo a isenção, para a indústria, da cobrança de tributos sobre o aditivo tarifário trazido pelos aportes e empréstimos. Assim, o custo médio da energia para a indústria seria de R\$ 447,60 por MWh em 2015 e de R\$ 477,30 por MWh em 2016.

O gerente de Competitividade Industrial e Investimentos da federação, Cristiano Prado, ressaltou na ocasião a importância de medidas que diminuam o custo para as indústrias. "A situação do País no cenário internacional é preocupante.

As indústrias não conseguem mais suportar um aumento de preço em um de seus insumos mais importantes como está ocorrendo", destacou Prado. Com informações do site da Firjan.